



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE PÓS-GRADUAÇÃO - SPG/CESP/ANP/DGP/PF

PROJETO BÁSICO

CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL TÉCNICO ESPECIALIZADO

EM AÇÕES DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL

**(ARTIGO. 25, INCISO II, C/C ARTIGO 13, INCISO VI DA LEI Nº 8.666/93 –
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO)**

1. OBJETO

1.1. Contratação de Profissional Técnico Especializado em Ações de Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal eventual para prestação de serviços educacionais, na modalidade presencial, para atuar como **palestrante** em ação educacional do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* instituída pela Academia Nacional de Polícia no ano corrente (Processo SEI/PF nº 08204.000295/2021-72), conforme especificações contidas neste Projeto Básico.

1.1.1. Conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do Art. 3º da Instrução Normativa nº 35/2010 – DG/DPF, de 4 de agosto de 2010, considera-se **palestrante** a pessoa de notório saber e elevado grau de especialização em área de interesse da Academia Nacional de Polícia e do Departamento de Polícia Federal, convidada a proferir palestras e ou conferências.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Academia Nacional de Polícia (ANP) é a instituição de ensino da Polícia Federal, órgão organizado e mantido pela União, estruturado em carreira, com autonomia administrativa e financeira, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, sendo ainda a ANP estabelecida como Escola de Governo, nos termos do art. 4º do Decreto nº 5.707/2006.

2.2. A Academia Nacional de Polícia (ANP) tem como atividade precípua formar e especializar profissionais de segurança pública para exercerem com excelência suas atribuições, além de formular e difundir a doutrina policial em defesa da sociedade.

2.3. Conforme constante na Instrução Normativa nº 13/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005, que define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do departamento de polícia federal e as atribuições de seus dirigentes, à Academia Nacional de Polícia compete:

Art. 119. À Academia Nacional de Polícia compete:

I - formar o pessoal selecionado por meio de cursos específicos;

II - promover ações de ensino, formação e especialização focadas no desenvolvimento

de profissionais de segurança pública, por meio de cursos e eventos similares;

III - desenvolver atividades relativas às programações orçamentária e financeira, na sua área de atuação;

IV - elaborar planos, estudos e pesquisas, visando ao estabelecimento de doutrina orientadora em alto nível das atividades policiais do País;

V - promover a difusão de matéria doutrinária, legislação, jurisprudência e estudos sobre a evolução dos serviços e técnicas policiais;

VI - propor, articular e implementar intercâmbio de informações com as escolas de polícia do país e organizações congêneres estrangeiras, objetivando ao aperfeiçoamento e à especialização dos servidores policiais;

VII - elaborar estudos de viabilidade e propor contratos, convênios e instrumentos afins com órgãos e entidades congêneres, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, tendo em vista o assessoramento, o planejamento e a execução de atividades de ensino, treinamento e desenvolvimento profissional ou as que ofereçam produtos e serviços de interesse do DPF;

VIII - proceder ao recrutamento e à seleção de servidores para cursos de treinamento, especialização, aperfeiçoamento, estágios e outras atividades de ensino no País e no exterior;

IX - promover, por meio dos setores competentes, a investigação social dos candidatos de concursos públicos e o levantamento das habilitações e informações do estado disciplinar dos servidores inscritos em processo seletivo;

X - conferir diplomas ou certificados relativos às ações de ensino e atividades instituídas;

XI - conceder bolsas de estudo e prêmios no interesse de atividades desenvolvidas na área de segurança pública;

XII - prestar assessoramento técnico às unidades centrais e descentralizadas, no âmbito de suas competências, quando solicitado.

2.4. O art. 128 do mesmo normativo, estabelece que à Coordenação de Altos Estudos de Segurança Pública, agora denominada Coordenação Escola Superior de Polícia, conforme constante na Portaria MJ nº 2.877/2011, publicada no D.O.U. nº 001, de 02/01/2012, compete:

Art. 128. À Coordenação de Altos Estudos de Segurança Pública compete:

I - planejar, dirigir, coordenar, controlar e concentrar os estudos e pesquisas institucionais sobre doutrina policial de segurança pública;

II - promover e acompanhar a gestão do conhecimento e pesquisas sobre temas de segurança pública e outros considerados relevantes e aplicáveis na operacionalização das atividades do DPF e de instituições congêneres;

III - realizar estudos e pesquisas que visem ao estabelecimento de doutrina orientadora em alto nível, das atividades policiais do país, em defesa da sociedade;

IV - promover encontros, seminários e conferências com a participação da comunidade científica, da comunidade interna e demais atores com papéis relevantes na sua área de atuação;

V - informar, mobilizar e sensibilizar a comunidade científica sobre a sua existência, com o intuito de formar uma rede de pesquisadores e núcleos para a realização de pesquisas específicas;

VI - identificar, avaliar e reformular pedidos de pesquisa provenientes do DPF e de outras instituições, definindo as respectivas prioridades de pesquisa;

VII - definir critérios de seleção de projetos de pesquisa a serem financiados pelo DPF;

VIII - sugerir o estabelecimento de parcerias e financiamentos com órgãos do governo e

instituições de pesquisa e ensino, selecionando os projetos a serem financiados;

IX - selecionar os membros dos comitês de acompanhamento dos trabalhos de pesquisa;

X - propor a celebração de contratos de avaliação científica dos trabalhos produzidos pelos pesquisadores;

XI - divulgar publicação científica sobre as pesquisas produzidas em seu âmbito.

2.5. Cabe ainda destacar o previsto na IN nº 35/2010-DG/DPF, que disciplina o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso:

Art. 31. O exercício de qualquer atividade de ensino na ANP/DGP/DPF será antecedido de análise e seleção de curricular, onde serão observados a inexistência de restrições ou sanções disciplinares, a expertise, o comprometimento com o Serviço Público, a competência laboral, a afinidade à docência e o relacionamento interpessoal, dentre outros fatores.

Parágrafo único. Estas exigências serão dispensadas quando se tratar de Palestrante indicado pela Direção-Geral, Diretores, Corregedor-Geral e ou convidado pelo Diretor da ANP/DGP/DPF, pelo Coordenador de Ensino ou pelo Coordenador de Altos Estudos em Segurança Pública.

Art. 32. O Recrutamento e a Mobilização de Servidores ao exercício de atividades de ensino na Academia Nacional de Polícia é medida prioritária e de estratégico interesse do DPF, sendo que em razão da especificidade das ações de ensino tais solicitações deverão ser nominais, em documento que apresente os motivos que ensejaram a escolha do servidor.

2.6. Assim, a presente contratação visa atender plenamente às atribuições da Coordenação Escola Superior de Polícia e a capacitação de servidores públicos, policiais e administrativos.

3. ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

3.1. Prestar serviços educacionais, na modalidade presencial, na seguinte ação educacional:

3.1.1. Atuar por **01 (uma) h/a como palestrante** no *Seminário Internacional de Ciências Policiais e Criminalidade Organizada*, a ser realizado pela Academia Nacional de Polícia em parceria acadêmico-científica com a Universidade Autônoma de Lisboa (UAL), devido à sua expertise acadêmico-científica e técnico-profissional nas temáticas abordadas no seminário.

3.2. No tocante as atribuições do **professor**, elas estão previstas no artigo 20 da IN nº 35/2010-DG/PF, que determina:

Art. 20. Compete aos professores no âmbito das disciplinas que se encontram designados:

I – elaborar questões de provas objetivas ou subjetivas, seus valores, respectivos gabaritos e critérios de correção, devendo ser entregues ao setor competente com a antecedência mínima de 10 (dez) dias em relação à aplicação da verificação de aprendizagem, no sentido de permitir a competente avaliação técnico-pedagógica;

II – corrigir questões de provas subjetivas;

III – corrigir trabalhos individuais ou em grupo;

IV – aplicar e avaliar as provas de caráter técnico, prático e de conhecimento específico;

V – elaborar planos de aula;

VI – elaborar e preparar o material didático;

VII – estudar e pesquisar a respectiva disciplina;

VIII – apreciar, discutir e responder a eventuais recursos sobre questões de provas e avaliações; e

IX – reunir-se com outros professores e com o representante da ANP/DGP/DPF, visando à padronização e ao aperfeiçoamento do ensino.

§ 1º. O exercício das tarefas citadas nos incisos V, VI, VII e IX não implica a percepção de Gratificação, posto que constituem atribuições inerentes ao desempenho normal das atividades de docência.

§ 2º. O professor somente fará jus a percepção de gratificação a que se refere o inciso I do caput, pelas questões efetivamente utilizadas na prova.

3.3. No tocante as atribuições do **palestrante**, essas estão previstas no inciso I do artigo 22 da IN nº 113/2017-DG/PF, as quais estão atreladas ao conceito da atuação do colaborador e são análogas às do item anterior.

4. LOCAL E PRAZO PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. A prestação dos serviços educacionais deverá ser realizada:

4.1.1. Atuar como **palestrante** no *Seminário Internacional de Ciências Policiais e Criminalidade Organizada* entre **21 e 25/06/2021** por meio da plataforma *Microsoft Teams* ou em dependências da Polícia Federal em Brasília-DF, de preferência na Academia Nacional de Polícia (ANP).

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

5.1. A ação educacional a ser desenvolvida seguirá diretrizes estabelecidas nos respectivos planos de ação educacional, aprovados pela Coordenação Escola Superior de Polícia (CESP/ANP) e pela Direção da Academia Nacional de Polícia, as quais compreenderão a carga horária total de até 1 (uma) hora-aula.

6. DA REMUNERAÇÃO E DA ESTIMATIVA DE CUSTO

6.1. Em relação à remuneração a ser paga ao contratado, esta baseia-se no que determina o artigo 5º, da Instrução Normativa nº 035/2010-DG/DPF, de 04 de agosto de 2010, publicada no Boletim de Serviço nº 149, de 05 de agosto de 2010, que dispõe:

Art. 5o. Considera-se Gratificação, para efeito desta Instrução Normativa, os valores correspondentes aos percentuais fixados no Anexo I, a serem pagos a título de hora-aula em decorrência do desempenho de encargos de cursos e demais atividades de ensino instituídas pela ANP/DGP/DPF, em consonância ao que dispõe o art. 76-A da Lei no. 8.112, de 11 de dezembro 1990.

6.2. Atualmente, conforme determina a Tabela de Percentuais da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso a ser pago pela Academia Nacional de Polícia, anexa a mesma Instrução Normativa, em cumprimento ao disposto no art. 76-A da Lei nº 8.112/90 c/c os parâmetros regulamentares fixados pelo Decreto nº 6.114/07, a remuneração se dará conforme os seguintes valores:

a) Valor de hora-aula de **palestrante**: R\$ 300,34 (trezentos reais e trinta e quatro centavos).

6.3. Desta forma, devido a atuação em **1 (uma) h/a**, o docente fará jus a uma remuneração bruta estimada em **R\$ 300,34 (trezentos reais e trinta e quatro centavos)**.

6.4. Ressalte-se que, nos termos da legislação vigente, é necessário o recolhimento de contribuição previdenciária patronal (INSS patronal) na proporção de 20% (vinte por cento) da remuneração devida. Neste sentido, considerando a estimativa constante no item anterior, será necessário o recolhimento de **R\$ 60,07 (sessenta reais e sete centavos) de encargos patronais**.

7. DA SELEÇÃO DE PROFESSORES

7.1. Conforme anexo XI do Manual do Professor da ANP, a seleção de professores é responsabilidade da Direção da ANP, juntamente com a Direção-Geral da PF. A seleção de professores e a organização das disciplinas são realizadas na ANP pela CESP e pela COEN. Alguns critérios observados:

1. Afinidade com a docência (interesse, motivação e vontade de ser professor).
2. Aprovação nos cursos de formação de professor (EaD, presencial e/ou domínio técnico).
3. Experiência como professor da ANP
4. Avaliação da ANP do trabalho do professor
5. Avaliação das chefias imediatas (da ANP)
6. Avaliação do professor titular sobre o trabalho individual (segundo critérios da DIDH) ou desempenho como professor titular (avaliado pela DIDH)
7. Avaliação dos alunos
8. Capacidade de trabalho em equipe e de relacionamento interpessoal
9. Compromisso e comprometimento com a ANP, PF e com a docência
10. Consultas à Corregedoria Geral da PF (Coger)
11. *Curriculum vitae (lates)*.
12. Domínio de conteúdo
13. Domínio didático-pedagógico
14. Domínio da língua portuguesa culta nas formas escrita e falada
15. Experiência como professor em outras instituições
16. Experiência profissional na área
17. Experiência profissional (competência laboral)
18. Postura ético-profissional.

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. O contratado deverá apresentar documentação de habilitação para prestação de serviços educacionais: **curriculum** (preferencialmente plataforma *Lattes*), cópia de **comprovação da maior titulação acadêmica**, **Certidão Negativa de Débito Fiscal** (Lei n.º 8.666/93, art. 29, III) e **Certidão Negativa de Débito Trabalhista** (Lei n.º 8.666/93, art. 29, III).

8.2. O supervisor da ação educacional deverá preencher a Ficha Cadastral do Docente no

sistema de gestão acadêmica da ANP (sistema *Educa*).

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. Responsabilizar-se integralmente pela prestação de serviço, observando a legislação vigente e os normativos da PF, em especial a Instrução Normativa nº 35/2010 – DG/DPF, de 04 de agosto de 2010, Instrução Normativa 13/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005, o Manual do Professor da ANP (2012).
- 9.2. Executar os serviços no local indicado, observando rigorosamente as especificações e exigências estabelecidas neste Projeto Básico;
- 9.3. Prestar o serviço dentro do prazo estabelecido neste Projeto Básico;
- 9.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, atendendo de imediato as reclamações;
- 9.5. Manter, durante o período de execução contratual, todas as condições que ensejaram sua habilitação e qualificação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA

- 10.1. Efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados.
- 10.2. Notificar o contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 10.3. Fornecer por escrito as informações necessárias para a prestação do serviço fornecendo todas as facilidades para seu efetivo cumprimento;
- 10.4. Designar um servidor especialmente para acompanhar e fiscalizar a prestação de serviço, a ser indicado pelo setor demandante, anotando em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, sendo que as decisões e providências que ultrapassem sua competência deverão ser solicitadas em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;
- 10.5. Não permitir a execução contratual em desacordo com o preestabelecido;
- 10.6. Efetuar controle da execução contratual;
- 10.7. Notificar o contratado quanto ao pagamento do serviço prestado, após anuência do fiscal, quando o pagamento for realizado mediante o depósito de ordem bancária.

11. DAS PENALIDADES

11.1. A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Projeto Básico, no contrato ou no Termo de Compromisso, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória, de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

b.2. Moratória, de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitado ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades.

b.3. Indenizatória, de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Departamento de Polícia Federal pelo prazo de até dois anos;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

e. Desligamento do curso.

11.2. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato ou Termo de Compromisso, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

11.3. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

11.4. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta seleção:

a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.8. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Brasília/DF, 30 de março de 2021.

ANDRÉ DE ALMEIDA OLIVEIRA
Agente Administrativo

Aprovo o presente Projeto Básico.

Submeta-se à apreciação do Exmo. Sr. Diretor da ANP, ordenador de despesas desta Escola de Governo, nos termos da Lei nº 8.666/93.

JOSÉ FERNANDO MORAES CHUY
Delegado de Polícia Federal
Chefe do Serviço de Pós-Graduação



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE DE ALMEIDA OLIVEIRA, Agente Administrativo(a)**, em 30/03/2021, às 09:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE FERNANDO MORAES CHUY, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 30/03/2021, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **18189677** e o código CRC **B5583A03**.

JUSTIFICATIVA PARA A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Descrição detalhada da qualificação técnica e notório conhecimento

1. DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL COM O OBJETO DE CONTRATAÇÃO

1.1. O [Plano Estratégico 2020/2023 da Polícia Federal](#), aprovado pela Resolução nº 3/2020 - CGPF/PF, publicada no BS 225, de 25 de novembro de 2020, estabelece a ação estratégica "Gestão por Competência", a qual engloba o fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação, que, por sua vez, possibilita o desenvolvimento de novos projetos, estudos e experimentos de interesse do órgão, bem como realizar ações que visem à promoção das ciências aplicadas como um todo, estimulando a contínua inovação e o comportamento pró-ativo, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

1.2. Ademais, a Instrução Normativa nº 13/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005, que define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas da Polícia Federal e as atribuições de seus dirigentes, estabelece as competências da Academia Nacional de Polícia, dentre as quais destaque-se:

I - formar o pessoal selecionado por meio de cursos específicos;

II - promover ações de ensino, formação e especialização focadas no desenvolvimento de profissionais de segurança pública, por meio de cursos e eventos similares;

(...)

IV - elaborar planos, estudos e pesquisas, visando ao estabelecimento de doutrina orientadora em alto nível das atividades policiais do País;

V - promover a difusão de matéria doutrinária, legislação, jurisprudência e estudos sobre a evolução dos serviços e técnicas policiais;

(...)

VIII - proceder ao recrutamento e à seleção de servidores para cursos de treinamento, especialização, aperfeiçoamento, estágios e outras atividades de ensino no País e no exterior;

1.3. No âmbito desta Coordenação Escola Superior de Polícia - CESP/ANP, o art. 128 do normativo retromencionado estabelece as seguintes competências:

Art. 128. À Coordenação de Altos Estudos de Segurança Pública compete:

I - planejar, dirigir, coordenar, controlar e concentrar os estudos e pesquisas institucionais sobre doutrina policial de segurança pública;

II - promover e acompanhar a gestão do conhecimento e pesquisas sobre temas de segurança pública e outros considerados relevantes e aplicáveis na operacionalização das atividades do DPF e de instituições congêneres;

III - realizar estudos e pesquisas que visem ao estabelecimento de doutrina orientadora em alto nível, das atividades policiais do país, em defesa da sociedade;

IV - promover encontros, seminários e conferências com a participação da comunidade científica, da comunidade interna e demais atores com papéis relevantes na sua área de atuação;

V - informar, mobilizar e sensibilizar a comunidade científica sobre a sua existência, com o intuito de formar uma rede de pesquisadores e núcleos para a realização de pesquisas específicas;

VI - identificar, avaliar e reformular pedidos de pesquisa provenientes do DPF e de outras instituições, definindo as respectivas prioridades de pesquisa;

VII - definir critérios de seleção de projetos de pesquisa a serem financiados pelo DPF;

VIII - sugerir o estabelecimento de parcerias e financiamentos com órgãos do governo e instituições de pesquisa e ensino, selecionando os projetos a serem financiados;

IX - selecionar os membros dos comitês de acompanhamento dos trabalhos de pesquisa;

X - propor a celebração de contratos de avaliação científica dos trabalhos produzidos pelos pesquisadores;

XI - divulgar publicação científica sobre as pesquisas produzidas em seu âmbito.

2. DA SINGULARIDADE DO OBJETO/SERVIÇO - SERVIÇO TÉCNICO DE NATUREZA SINGULAR

2.1. De tal maneira, a Coordenação Escola Superior de Polícia - CESP/ANP tem realizado diversas ações educacionais com o objetivo de fomentar estudos e projetos acadêmicos para fins de inovação e desenvolvimento de conhecimento nas áreas de Direito de Polícia Judiciária, Ciências Policiais e Criminalidade Organizada. Nesse sentido, destaque-se a criação dos cursos de Especialização em Criminalidade Organizada e de Especialização em Ciências Policiais e suas ofertas em andamento, conforme estabelecido no Plano de Desenvolvimento de Pessoas da Polícia Federal.

2.2. Tanto o curso de Especialização (Pós-Graduação *Lato Sensu*) em Ciências Policiais quanto o de Especialização em Criminalidade Organizada são cursos únicos no âmbito das pós-graduações oferecidas no Brasil e foram projetados com a finalidade de atender às crescentes demandas da sociedade brasileira por uma adequada atuação do profissional no âmbito da Polícia Judiciária, diante do atual cenário global onde as ciências policiais vem ganhando cada vez mais destaque e importância. O escopo dos cursos encontram-se em aspectos como: (i) debate sobre o papel da polícia e sua história; (ii) análise do uso progressivo da força e a sociologia da polícia; (iii) análise de criminologia e da política; (iv) polícia judiciária e Estado democrático; (v) estudos teórico-científicos sobre a natureza, método e lógica da investigação e a busca da verdade; (vi) estudos e fundamento de uma teoria da investigação; (vii) direitos fundamentais; (viii) criminalidade organizada. Ressalte-se que ambos os cursos se inserem como inéditos no ambiente acadêmico brasileiro.

2.3. Neste sentido, foi proposto Seminário Temático como disciplina acadêmica para alunos do III Curso de Especialização em Ciências Policiais e do I Curso de Especialização em Criminalidade Organizada, o qual será aberto ao público externo com natureza de curso de extensão denominado *III Seminário Internacional de Ciências Policiais e Criminalidade Organizada*, o qual se insere na proposta de internacionalização do Programa de Pós-Graduação da Academia Nacional de Polícia iniciado em 2009, com o 18º Simpósio Internacional sobre Criminologia Ambiental e Análise Criminal - *18th International Symposium on Environmental Criminology and Crime Analysis Conference* (ECCA), evento realizado em parceria com o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da UFMG, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os membros ECCA, a

Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ), a *University College London* e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)/Brasil.

2.4. Estabelecida no tripé "ensino de pós-graduação, pesquisa e publicação científica", a Polícia Federal, por intermédio da Academia Nacional de Polícia, tem trabalhado no desenvolvimento dessa área de conhecimento de forma ativa. Para além das anteriormente mencionadas pós-graduações *lato sensu*, há também que se mencionar a produção de pesquisa divulgada através de diversos artigos acadêmicos publicados na [Revista Brasileira de Ciências Policiais](#), estabelecida em 2010, e a cooperação institucional com instituições nacionais e internacionais de ensino e pesquisa, conforme observado na organização de eventos de extensão acadêmica que contam com a participação de representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) de Portugal, *King's College London* do Reino Unido, Universidade Autónoma de Portugal, Universidade de Salamanca (Espanha), Universidade de Bolonha (Itália) etc.

2.5. Ressalte-se que tal cooperação também é fortalecida pelo Programa de Pós-Graduação da ANP com a oferta de vagas a servidores de instituições congêneres com perfil alinhado ao público-alvo das referidas especializações. Neste sentido, o prestador deve conhecer não apenas os métodos e técnicas utilizadas na atividade policial e sim os fundamentos acadêmicos e científicos que embasam suas rotinas e procedimentos.

2.6. Imprescindível, portanto, que a ação educacional relativa à temática proposta possua o enfoque específico, vale dizer, voltado a estudantes de nível superior e para a atividade policial, diverso, portanto, daqueles constantes em manuais e não conectados ou sintonia com temas, problemas, reflexões ou outras questões típicas e que afligem a atividade policial e a temática de segurança pública.

3. DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DO PROFISSIONAL

3.1. Para além da singularidade do conhecimento da área de Ciências Policiais e Criminalidade Organizada, a notória especialização do profissional em tela justifica-se pelos seguintes motivos abaixo elencados:

3.2. A senhora ELISÂNGELA MELO REGHELIN é **Doutora em Direito e Ciência Política** (18202744).

3.3. A senhora ELISÂNGELA MELO REGHELIN é diretora da Academia de Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul (18202851).

3.4. A senhora ELISÂNGELA MELO REGHELIN possui vasta produção científica na área de ciências policiais e criminalidade organizada, indexada em bases de dados nacionais e internacionais (18202820).

4. DA REMUNERAÇÃO E DA ESTIMATIVA DE CUSTO

4.1. Os cursos de pós-graduação tratam-se de ações educacionais com duração prolongada, com previsão de duração de até 36 (trinta e seis) meses. Nesse sentido, é prática pedagógica comum que os professores atuem também como palestrantes em eventos de extensão acadêmica e como orientadores de TCC e avaliadores dos demais trabalhos, o que justifica a solicitação de contratação do profissional para atuar nessas funções em próximos exercícios.

4.2. No que diz respeito ao valor da contratação da profissional, entende-se que, por um critério isonômico, o parâmetro de remuneração para o profissional externo deve ser o mesmo utilizado para os profissionais na ativa. Assim, o parâmetro selecionado encontra-se determinado no art. 6º da IN 035/2010 - DG/DPF, de 04 de agosto de 2010, publicada no Boletim de Serviço nº 149, de 05 de agosto de 2010 que estabelece os valores para pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso em seu Anexo I, regulando o art. 76-A da Lei nº 8.112/90.

4.3. O valor do maior vencimento básico da Administração Pública Federal, divulgado pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, corresponde ao do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, de Auditor-Fiscal do Trabalho e das Carreiras do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização da União e do Quadro em Extinção dos Ex-Territórios Federais, que é de R\$ R\$ 27.303,62 (vinte e sete mil, trezentos e três reais e sessenta e dois centavos).

4.4. A partir deste cálculo, obtém-se o valor de R\$ 300,34 (trezentos reais e trinta e quatro centavos) a hora-aula de palestrante.

4.5. Neste sentido, compilando-se a atuação do colaborador, o mesmo atingirá um total de 1 (uma) hora de atividade docente, que totalizarão um valor bruto estimado de R\$ 300,34 (trezentos reais e trinta e quatro centavos).

4.6. Deve-se destacar, por fim, que o recrutamento e mobilização de servidores é considerada medida prioritária e de interesse estratégico da Polícia Federal, conforme art. 31 da IN nº 35/2010-DG/PF:

Art. 31. O exercício de qualquer atividade de ensino na ANP/DGP/DPF será antecedido de análise e seleção de curricular; onde serão observados a inexistência de restrições ou sanções disciplinares, a expertise, o comprometimento com o Serviço Público, a competência laboral, a afinidade à docência e o relacionamento interpessoal, dentre outros fatores.

Parágrafo único. Estas exigências serão dispensadas quando se tratar de Palestrante indicado pela Direção-Geral, Diretores, Corregedor-Geral e ou convidado pelo Diretor da ANP/DGP/DPF, pelo Coordenador de Ensino ou pelo Coordenador de Altos Estudos em Segurança Pública.

Art. 32. O Recrutamento e a Mobilização de Servidores ao exercício de atividades de ensino na Academia Nacional de Polícia é medida prioritária e de interesse estratégico do DPF, sendo que em razão da especificidade das ações de ensino tais solicitações deverão ser nominais, em documento que apresente os motivos que ensejaram a escolha do servidor.

4.7. Sendo assim, em razão da notória especialização, assim como da singularidade do conhecimento desenvolvido no âmbito da ação educacional em questão, entende-se que a contratação do profissional se enquadra na situação excepcionável de inexigibilidade de licitação, de acordo com artigo 25, inciso 2, combinado com o artigo 13, da Lei nº 8666/93.

JOSÉ FERNANDO MORAES CHUY

Delegado de Polícia Federal
Chefe do Serviço de Pós-Graduação



Documento assinado eletronicamente por **JOSE FERNANDO MORAES CHUY, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 30/03/2021, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **18190903** e o código CRC **C08E6DE3**.



Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Ambiente: PRODUÇÃO

Encerrar Inexigibilidade

09/04/2021 18:01:17

Pedido de Cotação



A Inexigibilidade de Licitação foi encerrada.

Resumo da Dispensa/Inexigibilidade

Órgão

30108 - DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

UASG de Atuação

200340 - ACADEMIA NACIONAL DE POLICIA - DF

Modalidade de Compra

Inexigibilidade de Licitação

Nº da Compra

00021/2021

Lei

Lei nº 8.666

Artigo

Art. 25º

Inciso

II

Percentual de enquadramento da instituição

10 %

Objeto

Contratação de profissional técnico especializado para atuar como palestrante no Seminário Internacional de Ciências Policiais e Criminalidade Organizada, no Curso de Ciências Policiais instituído pela Academia Nacional de Polícia.

Quantidade de Itens

1

Valor Total da Compra (R\$)

300,34

Data da Declaração

08/04/2021

Encerrar Compra

Inexigibilidade